

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.095.339 - SP (2017/0100779-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : HANAH APARECIDA MUASSAB MUNARO
ADVOGADOS : GILIERME LOBATO RIBAS DE ABREU - SP307920
LUCIANO PRADO - SP309480
AGRAVADO : CARLOS EDUARDO KREJCIK
ADVOGADO : CARLOS ROBERTO MARANGON JUNIOR - SP306728
INTERES. : SIMÕES CORRETORA DE SEGURO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Cuida de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por **HANAH APARECIDA MUASSAB MUNARO**, contra decisão que não admitiu o recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, III, alínea "a" do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 221, e-STJ):

Civil e processual. Ação de reparação de danos materiais e morais decorrentes de acidente de veículos julgada parcialmente procedente. Pretensão à reforma integral manifestada pela ré. Impõe-se a procedência da demanda indenizatória, se resulta incontroverso, a partir do conjunto probatório e das alegações das partes, que o acidente de trânsito foi causado por passageiro do veículo da ré, que inopinadamente abriu a porta traseira, contra a qual a motocicleta do autor veio a se chocar. Incidência do artigo 49 do Código de Trânsito Brasileiro. Precedentes deste E. Tribunal de Justiça. Verbas indenizatórias que não foram impugnadas especificamente, mas que, de qualquer modo, foram bem reconhecidas e arbitradas. RECURSO DESPROVIDO.

Nas razões de recurso especial (fls. 231-242, e-STJ), a insurgente alega ofensa aos arts. 29, II e XI, "b", 192, 199, 211 e 311 do CTB. Sustenta, em síntese, que "a prática reiterada de manobra ilegal e irregular, por si só, não torna a referida conduta legítima ou legal, dessa forma, não tem o condão de gerar responsabilidade ou dever de indenizar em face de outrem, sendo certo que a lei deve ser observada por todos indistintamente" (fls. 237, e-STJ).

Contrarrazões às fls. 247-253, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 261-262, e-STJ), negou-se seguimento ao recurso, dando ensejo na interposição do agravo do artigo 1.042, CPC/15 (fls. 264-272, e-STJ).

Contraminuta às fls. 274-276, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A pretensão recursal **não** prospera.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 2015 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista

a data de publicação do aresto recorrido.

2. Quanto à violação dos arts. 29, II e XI, "b", 192, 199, 211 e 311 do CTB, alega a insurgente que a conduta ilegal do ora agravado não tem o condão de gerar responsabilidade civil ou dever de indenizar.

No particular, o Tribunal local assim concluiu:

A conduta absolutamente inesperada, incauta e imprevisível foi a abertura da porta, que apanharia uma bicicleta tanto quanto apanhou uma motocicleta. Já a conduta do motociclista, embota irregular, era absolutamente previsível. Em suma, o autor cometeu infração de trânsito, mas não deu causa ao acidente.

É cediço que a prática de infração de trânsito não conduz, necessariamente, à culpa exclusiva ou concorrente. E o que se passa neste caso concreto.

Enfim, o acidente de trânsito que deu origem a esta demanda foi provocado exclusivamente pelo passageiro do carro da apelante (com reflexo na esfera jurídica desta, na qualidade de proprietária do veículo, que deve responder pelos danos sofridos pelo apelado), *ex vi* do artigo 49 do Código de Trânsito Brasileiro, invocado pelo Juízo *a quo*. (fls. 226, e-STJ)

Nesse contexto, a modificação de tal entendimento lançado no *decisum* recorrido, nos moldes em que ora postulada, demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ. Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA. 1. O acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que a prestação de serviço educacional configura relação de consumo e os prejuízos decorrentes de propaganda enganosa promovida pela instituição de ensino, consistente em omissão de informação ou ausência de informações claras e precisas sobre o curso, devem ser indenizados, configurando-se a responsabilidade civil da prestadora do serviço. Incidência da Súmula 83/STJ. 2. **O acolhimento do apelo extremo, no sentido de verificar a prática ou não de ato ilícito pela recorrente, a fim de desconstituir as conclusões a que chegou o órgão julgador, demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória, providência esta que é inadmissível na estreita via do recurso especial, consoante o enunciado da Súmula 7 do STJ.** Precedentes. 3. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1316484/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 20/11/2018). [Grifou-se]

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COLISÃO ENTRE MOTOCICLETA QUE TRAFEGAVA EM "CORREDOR DE VEÍCULOS" E AUTOMÓVEL CUJA PORTA É ABERTA DE INOPINO PELO MOTORISTA. LESÕES CORPORAIS. DANO MORAL CONFIGURADO. 1. Ação ajuizada em 14/10/2005. Recurso especial atribuído ao gabinete em 25/08/2016. Julgamento: CPC/73 2. O propósito do recurso especial é determinar se há dano moral a ser compensado ao condutor de motocicleta que trafega em "corredor de veículos" e colide com automóvel, em razão da abertura de porta pelo

motorista. **3. De acordo com o art. 49 do CTB, o condutor e os passageiros não deverão abrir a porta do veículo, deixá-la aberta ou descer do veículo sem antes se certificarem de que isso não constitui perigo para eles e para outros usuários da via.** 4. A par das diversas críticas, a conduta de circular livremente pelo "corredor de veículos", apesar de irresponsável e censurável, não viola as normas de trânsito deste país (veto ao art. 56 do CTB), desde que, obviamente, respeitados os limites e padrões exigidos a todos os tipos de veículos motorizados, tais quais, velocidade, prudência, utilização dos equipamentos de segurança obrigatórios, porte de habilitação, etc. 5. As lesões corporais sofridas, as três cirurgias pelas quais se submeteu o recorrente, a seqüela permanente havida em seu fêmur - não obstante consolidada anatomicamente e sem complicações locais - são situações, de fato, capazes de gerar angústia quanto à completa convalescência, além da alteração da rotina e das atividades habituais e laborais, não representando mero dissabor cotidiano. 6. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 1635638/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017). [Grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. NEGATIVA DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 458, 459 E 535, II, DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. **OFENSA AO ART. 49 DO CTB. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07 DO STJ.** AFRONTA AOS ARTS. 1.226 E 1.267 DO CC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no AREsp 269.787/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/02/2014, DJe 10/03/2014). [Grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ANÁLISE DO MÉRITO DO APELO EXTREMO POR PARTE DO TRIBUNAL DE ORIGEM. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 123/STJ. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 (1.022 DO CPC/2015). INEXISTÊNCIA. COMPROVAÇÃO DA CULPA E QUANTIFICAÇÃO DOS DANOS MATERIAIS E MORAIS. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. ÓBICE DA SÚMULA N. 7/STJ. TERMO INICIAL. JUROS DE MORA. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL. DATA DO EVENTO DANOSO. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. 1. Cabe ao Presidente da Corte local examinar a admissibilidade do recurso especial, o que por vezes implica exame superficial do próprio mérito, não significando usurpação de competência. Assim dispõe a Súmula 123/STJ: "a decisão que admite, ou não, o recurso especial deve ser fundamentada, com o exame dos seus pressupostos gerais ou constitucionais." 2. Violação do artigo 1.022 do CPC/2015 não configurada. **3. A revisão das conclusões a que chegou o Colegiado estadual acerca da responsabilidade da insurgente pelo acidente, bem como pela quantificação dos danos materiais e morais, reclama a incursão no contexto fático-probatório dos autos, providência inviável no âmbito do recurso especial, ante o teor do óbice inserto na Súmula 7**

do STJ. 4. O termo inicial dos juros moratórios, nas hipóteses de responsabilidade extracontratual, como a dos autos, deve ser a data do evento danoso. Acórdão estadual em harmonia com a jurisprudência desta Corte. Aplicação da Súmula 83/STJ. 5. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado. 6. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1012199/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017). [Grifou-se]

Inafastável, portanto, o teor da Súmula 7/STJ à hipótese.

3. Do exposto, nego provimento ao agravo e, com base no art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários sucumbenciais fixados pelo Tribunal de origem em favor da parte ora agravada.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator